

INTERFACE ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESIGUALDADES SOCIAIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA ASSOCIAÇÃO MARIA QUITÉRIA, EM TEODORO SAMPAIO (BA)

Nilton Teixeira Pereira¹

Resumo: O presente trabalho propõe uma reflexão crítico-cultural a respeito da economia solidária como estratégia de combate às desigualdades sociais e desenvolvimento territorial. Para tanto, apresenta uma discussão de potencialidades da economia solidária e suas contribuições para promoção do exercício da cidadania, a partir da investigação dos modos de vida dos agricultores do acampamento Maria Quitéria, em Teodoro Sampaio (BA). O artigo ressalta a relevância do cooperativismo como alternativa de potencial democrático para o desenvolvimento econômico e social, no sentido de produção e troca de saberes contrários à lógica do capitalismo tardio. O protagonismo desempenhado pelos diversos atores envolvidos nesses espaços de atuação promove a sua visibilidade, sendo um fator determinante para ascensão social, além de evidenciar a importância de resistir às explorações do sistema capitalista e de outros sistemas discriminatórios e à escravidão. É importante salientar que no meio social essas distorções tornam-se indissociáveis, principalmente no que diz respeito às relações de gênero e étnico-raciais.

Palavras-Chave: Economia solidária. Desigualdades sociais. Acampamento Maria Quitéria. Crítica cultural.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Literatura, produção cultural e modos de vida. Orientador: Prof. Dr. Roberto H. Seidel. Endereço eletrônico: nilton_t_p@hotmail.com.

INTERFACE BETWEEN SOLIDARITY ECONOMY AND SOCIAL INEQUALITY BASED ON MARIA QUITÉRIA'S ASSOCIATION, IN TEODORO SAMPAIO (BA)

Abstract: This paper proposes a cultural criticism reflection on the solidarity-based economy as a strategy to combat social inequalities and territorial development. Therefore, it presents a discussion of the potentialities of the solidarity-based economy and its contributions to the exercise of citizenship, based on the farmers' lifestyle from Maria Quitéria settlement in Teodoro Sampaio (BA). The article highlights the relevance of cooperativism as an alternative of democratic potential for the economic and social development, in the sense of producing and exchanging knowledge reverse to the logic of late capitalism. The role played by these several actors involved in these spaces of action promote their visibility, being a key factor for social ascension, in addition to evidencing the importance of holding out the exploitation of the capitalist system and other discriminatory systems and slavery. It is important to point out that in the social environment these distortions become inseparable, especially regarding the relations of gender and ethnic-racial.

Keywords: solidarity-based economy. Social inequalities. Maria Quitéria settlement. Cultural criticism.

Introdução

O cenário atual, baseado em premissas neoliberais, prioriza os aspectos econômicos em detrimento da valorização do ser humano. Vivemos numa sociedade caracterizada pela competição em praticamente todas as áreas de atuação humana. E, por consequência, essa competitividade apresenta graves efeitos sociais.

Paul Singer apresenta o conceito de economia solidária como modo de produção, cujo resultado natural de sua forma associativa é a solidariedade e a igualdade.

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2002, p. 10).

Após a abolição da escravidão no Brasil, abre-se o caminho para o desenvolvimento capitalista. O trabalho livre impulsiona a formação de um mercado interno que num primeiro momento só existia nas cidades litorâneas. É importante salientar que nesse mesmo período o racismo científico viu uma oportunidade de embranquecimento da população por meio da importação de europeus empobrecidos em áreas rurais do sul da Europa, especialmente da Itália (SOUZA, 2018, p. 91).

A autora Liv Sovik, em seu livro *Aqui ninguém é branco*, faz uma abordagem da branquidade no contexto brasileiro como parte de uma ficção, num discurso identitário pouco explícito e não menos poderoso no que diz respeito à produção de hierarquias internas:

O interesse em analisar a branquidade não é de traçar o perfil de um grupo populacional até então ignorado, mas de entender como, há tanto tempo, não se prestou atenção aos valores que o definem. O estudo da branquidade pode esclarecer as formas mais cordiais, menos explícitas do racismo brasileiro, as maneiras de suavizar os contornos de categorias

raciais enquanto se mantem as portas fechadas para afrodescendentes. No contexto dos relatos implícitos nos meios de comunicação, a discussão da branquidade levanta o desafio de reinventar e também de derrubar as ficções de irmandade e parentesco que sustentam o racismo brasileiro (SOVIK, 2004, p. 384).

Jessé Souza conta, em seu livro *A classe média no espelho*, que a escravidão persiste, no sentido de que uma grande quantidade de trabalhadores brasileiros exerce atividades semiqualficadas, ou seja, trabalhadores com baixo nível de conhecimento são desprezados e silenciados:

O domínio absoluto do latifúndio no campo não é o espaço propício à formação de uma classe média. Ao monopolizar a terra — o fator produtivo mais significativo —, o grande proprietário sufoca as outras formas de propriedade e de arranjo produtivo. Além do latifundiário, que a tudo preside e a tudo comanda, só existem escravos e agregados dependentes (SOUZA, 2018, p. 83).

Dessa maneira, temos como alternativa de geração de trabalho e renda as iniciativas autônomas voltadas para a produção de atividades econômicas desenvolvidas por uma parcela da população excluída do mercado formal de trabalho. Essas iniciativas, conhecidas por economia solidária, são o nosso objeto de estudo no presente texto.

Institucionalização da economia solidária

A partir da década de 1980, o Brasil vivenciou um período de mudanças na sua economia. A reestruturação do processo produtivo é marcada pelo avanço tecnológico em todos os ramos de atividade, o que favoreceu a diminuição significativa dos postos formais de emprego. A situação se agravou na década de 1990 com a precarização do emprego, o cres-

cimento de ocupações não assalariadas e de trabalhadores sem carteira assinada.

Achille Mbembe, em seu livro *Crítica da razão negra*, faz abordagem sobre indivíduos aprisionados no seu desejo em função de normas de mercado.

Já não há trabalhadores propriamente ditos. Já só existem nômadadas do trabalho. Se, ontem, o drama do sujeito era ser explorado pelo capital, hoje, a tragédia da multidão é não poder já ser explorado do todo, é ser objeto da humilhação numa humanidade supérflua, entregue ao abandono, que já nem é útil ao funcionamento do capital (MBEMBE, 2014, p. 14).

No Brasil, as primeiras experiências de políticas públicas de economia solidária surgiram no governo Lula, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SE-NAES), em 2003, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a partir da publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e do Decreto nº 4.764 (SILVA, 2018).

Em razão de sua origem ser de um movimento social, a construção das ideias da economia solidária se deu por meio de um longo processo histórico. Na medida em que tais ideias foram se expandindo nas diversas instituições e redes, elas passaram a compor as agendas políticas, nas três esferas do governo.

Na Bahia, a institucionalização da economia solidária ocorreu em 2007, com a criação da Superintendência da Economia Solidária e Cooperativismo (SESOL), por meio da Lei nº 10.549/2006, órgão vinculado à SETRE.

Em 2011, foi promulgada a Política Estadual de Fomento à economia solidária, sob a Lei nº 12.368, cuja função é promover o desenvolvimento sustentável, democrático, incluyente e socialmente justo da economia solidária, respeitando a equidade de gênero, raça e etnia, propiciando, assim,

condições concretas para integração, interação e intersectorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia solidária e contribuir para a redução das desigualdades regionais.

A economia solidária como estratégia de promoção de igualdade racial

A política de promoção de igualdade racial no Brasil originou-se a partir da criação da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), por meio da Medida Provisória (MP) nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei 10.678 (Estado da Bahia). A SEPPIR é fruto de muitas lutas do Movimento Negro e, atualmente, tem sido utilizada como referência de políticas direcionadas à igualdade racial em outros países.

Na Bahia, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado (SEPROMI) foi a primeira a tratar de políticas públicas para mulheres, negras e negros, por meio da Lei Estadual nº 10.549/2006 (Estado da Bahia, 2006b), e se tornou um divisor de águas no enfrentamento político contra as desigualdades sociais e raciais no estado.

Segundo o autor Robert Castel, em sua obra *As metamorfoses da questão social*, as transformações ocorridas no mercado de trabalho, sobretudo no final do século XX, possibilitaram o aumento do poder econômico de camadas privilegiadas. Por outro lado, percebe-se a intensificação das desigualdades sociais e processos de exclusão.

O acampamento Maria Quitéria, em Teodoro Sampaio (BA), município localizado a 100 Km de Salvador, está inserido nesse contexto. Desprovidos da qualificação exigida e excluídos do mercado de trabalho formal, os agricultores foram motivados principalmente pela necessidade de subsistência. Numa totalidade de 25 grupos familiares, em grande maioria afrodescendentes, esses trabalhadores encontraram

na economia solidária uma alternativa com potencial democrático para o desenvolvimento econômico e social através de uma produção e partilha de conhecimentos contrários à lógica do capitalismo tardio.

A longa jornada de trabalho no acampamento Maria Quitéria inicia antes mesmo do nascer do sol, sendo caracterizada pelo esforço físico intenso e que reduz a expectativa de vida dos trabalhadores rurais. Esta é a dura realidade do campo, em que a renda do agricultor depende das condições climáticas e do resultado da sua colheita, muitas vezes sazonal. Além disso, são estigmatizados na luta contra o latifúndio.

Na visão de Jessé Souza, em seu livro *A classe média no espelho*, a escravidão continua entre nós, mesmo após ter sido abolida formalmente. Ainda que as pessoas não sejam mais separadas pela cor da pele desde o berço para serem senhores ou escravos, elas são separadas por processos invisíveis que produzem efeitos semelhantes (SOUZA, 2018, p. 92).

Cultura, um conceito chave para interpretação da vida social

Definir a palavra cultura não é uma tarefa fácil, em razão de ela evocar vários significados, além do desenvolvimento histórico do termo. Dentre seus usos diversos, a cultura pode ser associada à sabedoria, educação e sofisticação. Nesse contexto, cultura significa nível social e educacional.

Em *Você tem cultura?*, o autor Roberto Da Matta diz que a palavra cultura também pode ser utilizada para classificar pessoas, servindo como ações discriminatórias quando os sujeitos não tem erudição, sendo considerados "sem cultura":

Cultura aqui é equivalente a volume de leituras, a controle de informações, a títulos universitários e chega até mesmo a ser confundida com inteligência, como se a habilidade para realizar certas operações mentais e lógicas (que definem de fato a inteligência) fosse algo a ser medido ou arbitrado pelo número de livros que uma pessoa leu, as línguas que pode falar, ou os quadros e pintores que pode, de memória, enumerar (DA MATTA, 1986, p. 122).

De acordo com Roberto Da Matta, o conceito de cultura está relacionado às nossas ações individuais e em grupo, no meio em que vivemos, mediante o estabelecimento de regras de comportamento que procuram homogeneizar as pessoas. Sendo assim, a cultura parece ser um bom instrumento para compreender as diferenças entre homens e as sociedades.

Para nós, “cultura” não é simplesmente um referente que marca uma hierarquia de “civilização”, mas a maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa. Cultura é, em Antropologia Social e Sociologia, um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas (DA MATTA, 1986, p. 123).

Segundo Lévi-Strauss, as sociedades humanas nunca se encontram isoladas. Na diversidade cultural, o encontro com culturas diferentes e as trocas decorrentes seriam propulsoras do progresso.

É na própria medida em que pretendemos estabelecer uma discriminação entre as culturas e os costumes, que nos identificamos mais completamente com aqueles que tentamos negar. Recusando a humanidade àqueles que surgem como os mais “selvagens” ou “bárbaros” dos seus representantes, mais não fazemos que copiar-lhes as suas atitudes típicas. O bárbaro é em primeiro lugar o homem que crê na barbárie (LÉVI-STRAUSS, 2000, p. 60).

Na formação do acampamento Maria Quitéria, em 2011, houve a integração de agricultores naturais de Teodoro Sampaio com os advindos de Terra Nova, Pedrão, Santa Bárbara, Simões Filho, dentre outros municípios. A partir do compartilhamento de um mesmo território, o pertencimento de uma mesma classe social, entre outras afinidades, muitos costumes nasceram, pela vontade de não permanecerem atrasados em relação a grupos vizinhos, que se submetiam ao domínio do latifúndio e nem sequer havia sonhado em reexistir. Por conseguinte, o contato com essas outras culturas modificou a cultura originária desses camponeses.

Sustentabilidade e Território como um lugar de articulação das práticas

O termo sustentabilidade denota, na maioria das vezes, apenas sentidos voltados às questões ambientais, ou seja, referentes à utilização dos recursos naturais de forma responsável, pensando nas próximas gerações. Contudo, a sustentabilidade constitui-se num conceito dinâmico que leva em conta as necessidades crescentes das populações em constante expansão. Sendo assim, é bem mais abrangente; além do aspecto ambiental, envolve outras dimensões e entre estas se destacam a sustentabilidade socioeconômica. Num cenário de pandemia da COVID-19, caracterizada pela escassez da produção de bens e serviços e do risco, a sustentabilidade em comunidades locais de agricultores familiares estaria vinculada à capacidade desses agricultores em aumentar a qualidade de vida como alternativa democrática para o desenvolvimento econômico e social contemporâneo.

Os autores Milton Santos e Bertha Becker observam que o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plena-

mente se realiza a partir das manifestações da sua existência (SANTOS; BECKER, 2002, p. 13).

Esses autores falam ainda da existência de relações de poder no território:

O território funciona como fonte de recursos naturais e sociais, de apropriação política, simbólica, jurídica da natureza (e do seu uso) e de arranjos sociais que se transformam ao longo do tempo). Assim, o ordenamento territorial pressupõe o território usado, ou seja, uma dimensão historicamente mutável em que se revela não apenas o território de determinado grupo social, mas o embate entre territorialidades conflitantes (SANTOS; BECKER, 2002, p. 298).

A luta pela posse da terra na formação do acampamento Maria Quitéria possibilitou a incorporação de novas práticas coletivas como, por exemplo, maior articulação, planejamento e organização em busca de direitos fundamentais que visam a sobrevivência do grupo. O enfrentamento desses agricultores contra o latifúndio os submeteu a toda sorte às violências diversas, mas a atuação de cada um deles representa uma estrutura e mobilização de luta pela reforma agrária e por direitos sociais.

De acordo com o antropólogo Kabengele Munanga a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas:

Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) tem funções conhecidas: a defesa da unidade de grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos etc (MUNANGA, 1994, p. 177-178).

Compreendendo o território como lugar de construção de identidade, a articulação das práticas na economia solidária-

ria poderá impulsionar o potencial emancipador de trabalhadores rurais. No trabalho cooperado que estes realizam fica evidente a busca em construir novas relações, coesão social e pertencimento. Portanto, são ações e conectividades que visam o combate às desigualdades sociais e o fortalecimento da cidadania.

Foto: número 1 e número 2 com agricultor do acampamento Maria Quitéria



A mulher na economia solidária

Outro aspecto que permeia o acampamento Maria Quitéria diz respeito à situação das mulheres em relação à sua emancipação social e cultural, a partir da existência de desigualdades de gênero como característica relevante em inúmeras sociedades. Nesse sentido, caberia o seguinte questionamento: a economia solidária modificou a vida das mulheres do ponto de vista do gênero, frente ao capitalismo, em particular no que tange às agricultoras da associação Maria Quitéria?

Conforme Paul Singer (2002), os princípios de solidariedade, o trabalho cooperado e a organização sob forma de autogestão fazem da economia solidária uma alternativa que

se opõe ao capitalismo, com perspectiva de transformação social. Entretanto, a radicalização ainda imposta às mulheres, atribuindo-lhes a responsabilidade de procriação e trabalhos domésticos, enquanto aos homens é conferida, predominantemente, a função produtiva e política, deixa evidente essa desigualdade.

A autora Guérin faz abordagem ideológica desse fenômeno:

Ao revalorizar as práticas de reciprocidade e de cuidar dos outros não mais enquanto virtudes feministas, mas uma responsabilidade coletiva que contribui para o desenvolvimento pessoal de cada um; ao facilitar a expressão de problemas particulares e a reivindicação de soluções para eles; e, enfim, ao desempenhar um papel de mediação entre diferentes esferas com muita frequência consideradas compartilhadas, as práticas da economia solidária demonstram que a questão da pobreza feminina e, de maneira mais ampla, a das desigualdades entre homens e mulheres não são uma fatalidade, desde que se admita que dependem de uma responsabilidade compartilhada (GUÉRIN, 2003, p. 71-72).

É importante salientar que, na última eleição, no acampamento Maria Quitéria, realizada em 2020, a agricultora Maria da Glória foi eleita a primeira mulher presidente dessa associação, o que constitui uma oportunidade de enfrentamento de possíveis desigualdades de gênero, sendo importante o olhar para o cotidiano que não é visto, que está oculto, históricos de violência, injustiças na divisão de trabalho etc.

Foto: número 3 e número 4 com agricultoras do acampamento Maria Quitéria



Considerações finais

As desigualdades sociais são sentidas e vivenciadas por indivíduos sociais que se revoltam diante da falta de oportunidades e condições de emprego e procuram encontrar formas de lutar pela construção de novos horizontes para a vida em sociedade. Os impactos da pobreza têm motivado diversos autores a propor formas de enfrentamento e desenvolver experiências alternativas de produção e organização, solidariedade, respeito ao ser humano e a preservação do meio ambiente.

A economia solidária, portanto, surge como uma ruptura nas relações de produção estritamente capitalista, representando um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas. Nesse contexto, a Associação Maria Quitéria, constituída a partir de uma atuação mobilizada por movimentos sociais e a integração de agricultores de cidades circunvizinhas do recôncavo baiano, formou uma nova comunidade e uma alternativa de geração de trabalho, renda e melhoria da qualidade de vida dos participantes.

A reinvenção da economia solidária é recente no Brasil, com tendência de crescimento relevante no futuro. Alguns

desafios colocam-se diante desses empreendimentos, principalmente a restrição de acesso ao crédito. O capital para iniciar a produção é pequeno e há dificuldade de encontrar fontes de financiamento. Para a evolução da economia solidária é imprescindível a participação de uma faixa ampla da população, de sua disposição em aprender, de experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade, da democracia e interesse em seguir esses princípios.

Por fim, as ações desenvolvidas nos empreendimentos de economia solidária podem proporcionar oportunidades de melhorias inclusive nos modos de vida das mulheres que vivem suas realidades na informalidade, mediante a difícil conciliação entre vida familiar e vida profissional, considerando que frequentemente são as primeiras a tomarem a iniciativa e organização dos afazeres domésticos. O dia a dia dessas mulheres é marcado pela condição de pobreza, esforço físico intenso e distribuição desigual das obrigações familiares. Assim, as atuações empreendidas na economia solidária necessitam de um olhar para o cotidiano que não é visível e poder falar dos processos de divisão sexual do trabalho ao qual a negativa dos seus direitos encontra-se presente.

Referências:

ESTADO DA BAHIA. *Lei no 10.549, de 28 de dezembro de 2006*. Modifica a estrutura organizacional da administração pública do Poder Executivo estadual e dá outras providências. Bahia, 2006a.

ESTADO DA BAHIA. *Lei no 10.549, de 28 de dezembro de 2006*. Cria a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial; alterada pela Lei estadual no 12.212/2011. Bahia, 2006b.

ESTADO DA BAHIA. *Lei no 12.368, de 13 de dezembro de 2011*. Dispõe sobre a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual de Economia Solidária. Bahia, 2011.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DAMATTA, Roberto. Você tem cultura? In: *Explorações: ensaios de sociologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

GUÉRIN, Isabelle. Sociologia econômica e relações de gênero. In: EMÍLIO, Marli et al. (Org.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*; Lisboa: Presença, 2006.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

SANTOS, Milton; BECKER, Bertha. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha. (Org.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2002.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris. (Org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.

SILVA, S. P. *A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma*. Brasília: Ipea, 2018. (Texto para Discussão, n. 2434). Disponível em: <https://bit.ly/2lX8YCN>. Acesso em: 14 ago. 2020.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. *Economia política do trabalho*, 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1979.

SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. In: WARE, Vron. (Org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

[Recebido: 5 maio 2020 — Aceito: 10 jul. 2020]